

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 27/03/2023

elago

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Antônio
Conde

para relatar

Em 28/03/23

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 37,

DE 2023.

"Dispõe sobre a obrigação de colocação de redes de proteção contra quedas em áreas de conveniência, nos casos e locais que especifica, para fins de segurança no âmbito do Estado do Piauí e dá outras providências.

AUTOR: DEPUTADO GESSIVALDO ISAIAS

RELATOR: DEP. ZIZA CARVALHO

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que visa obrigar os shopping centers, faculdades, escolas, estações de transporte público a instalarem rede de proteção em áreas de convivência, para fins de prevenir quedas de pessoas e zelar pela segurança do usuário.

O projeto prevê as sancções de advertência e multa pelos órgãos de defesa do consumidor em caso de descumprimento da norma.

O autor do projeto justifica a iniciativa tendo em vista o alto número de mortes por suicídio ocorridos no Piauí, tendo uma taxa de quase o dobro de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

ocorrências em comparação aos demais Estados brasileiros.

Nos termos dos arts. 47, inciso VI, 59, 60 e 61 do Regimento Interno, fui nomeado relator da presente proposição para emitir parecer sobre a constitucionalidade da matéria. Para tanto, no âmbito desta Comissão, sem análise do mérito da matéria, deve ser observada tão-somente sua adequação formal e material com os preceitos normativos da Constituição da República de 1988 e da Constituição do Estado do Piauí de 1989.

É o relatório. Passo ao voto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Sob aspecto estritamente jurídico, a propositura reúne condições para prosseguir em tramitação, uma vez que apresentada no regular exercício da competência legislativa desta Casa, conforme restará demonstrado.

Dispõe o art. 75, da Constituição do Estado do Piauí:

“Art. 75 - A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.”

A iniciativa, portanto, é desta Casa Legislativa.

Ademais, é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar acerca de defesa do consumidor, *ex vi* do art. 24, inc. V, da CF.

A proposta ora apresentada alinha-se aos dispositivos acima mencionados, tendo em vista que propõe uma norma de segurança e proteção às pessoas que frequentam os estabelecimentos mencionados.

Nestes termos, o projeto encontra amparo na existência de iniciativa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

parlamentar para a fixação de tais normas protetivas, consoante o posicionamento atual da jurisprudência dos Tribunais pátrios. Com efeito, verifica-se que o Judiciário vem adotando posicionamento mais flexível no que tange à iniciativa parlamentar para edição de leis que versem sobre programas e serviços públicos, desde que não haja invasão da esfera administrativa - esta reservada em nosso ordenamento ao Poder Executivo - o que se daria, por exemplo, através da determinação de criação de órgãos ou da criação de novas atribuições a órgãos já existentes, ou ainda, da criação de cargos públicos. Assim, quando o projeto se limitar à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos estaduais, fazendo-o de forma harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios, eis que a reserva de iniciativa deve ser interpretada restritivamente (STF, Tema 917 de Repercussão Geral).

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 96, I, "b", 105, I e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

III – CONCLUSÃO DO VOTO

Por todo o exposto, o projeto promove os valores fundamentais constantes das tábuas axiológicas das Constituições da República e do Estado do Piauí, não havendo impedimento à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, sendo a minha manifestação favorável à sua aprovação no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, devendo seguir para a comissão técnica competente para análise de mérito.

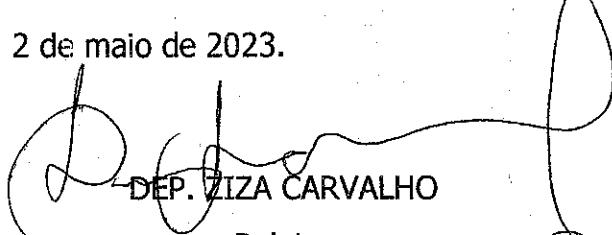
É como voto.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

DO PIAUÍ, Teresina, 2 de maio de 2023.


DEP. ZIZA CARVALHO

Relator



APROVADO A UNANIMIDADE
EM, 02/05/2023
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
